

Entre o local e o nacional: a "reforma" do aparelho de Estado no Maranhão*

Ilse Gomes Silva**

RESUMO: Nas últimas décadas do século XX, paradoxalmente, enquanto se decretava o fim dos Estados nacionais, valorizava-se a esfera local como espaço de construção de alternativas para a superação dos problemas econômicos e políticos dessa nova fase de transnacionalização da economia. Na esteira dessa discussão, busca analisar de que maneira a reforma do aparelho de Estado do Maranhão, encaminhada pela governadora Roseana Sarney, se insere e se articula ao espaço nacional, e até transnacional, na realização do movimento do capital em escala mundial. Adoto como pressuposto básico o entendimento de que a discussão do "local" deve-se inserir no contexto das transformações do papel do Estado na reprodução do capital, nas suas instâncias transnacional, nacional e regional/local, de forma que se percebam os elos construídos entre essas instâncias e o modo como as políticas da esfera local garantem a realização dos interesses do capital nas esferas nacional e transnacional.

PALAVRAS-CHAVE: Estado nacional, reforma do Estado, poder local, Maranhão, Brasil.

Nesta fase do processo de transnacionalização do capital, a principal polêmica se refere ao papel que assume o Estado nacional numa economia que parece não se submeter às fronteiras nacionais para a realização do movimento do capital. Um dos problemas dessa discussão é que muitos consideram que o Estado nacional já não tem mecanismos políticos para intervir no movimento do capital e utilizam essa afirmativa para justificar a ausência de políticas estatais voltadas para as áreas sociais. Paradoxalmente, enquanto se decreta o fim do Estado nacional, valoriza-se a esfera local como espaço de cons-

* Este texto foi apresentado no GT 04 do X Congresso Brasileiro de Sociologia – SBS, relativo às "Transformações do Estado". Fortaleza, 3/6-09-01.

** Professora da Universidade Estadual do Maranhão e membro do Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais.

trução de alternativas para a superação dos problemas econômicos e políticos dessa nova fase do capitalismo. Na opinião de Petras,

a ênfase sobre as “atividades locais” serve aos regimes neoliberais na justa medida em que ela permite aos apoiadores domésticos e estrangeiros dominar a economia e a política na esfera macro e canalizar a maioria dos recursos do Estado em benefício dos exportadores capitalistas e dos interesses financeiros (Petras, 1996, p. 15).

Até o momento, não identifiquei mudanças significativas que indiquem redefinições estruturais no papel do Estado nacional na reprodução das relações sociais capitalistas, principalmente, no que diz respeito à unificação dos interesses contraditórios das diferentes frações da burguesia.

É certo que a Constituição Federal de 1988 garantiu uma redistribuição de recursos financeiros mais favorável aos estados e municípios, bem como uma maior autonomia jurídico-política, rompendo, de certo modo, com a tradição centralizadora da esfera nacional. Porém essa tendência não se concretizou. Na década de 1990, ocorreu um novo movimento de recentralização, com o governo federal aplicando medidas para reter recursos fiscais no plano nacional e controlar os gastos das esferas subnacionais.¹

Na prática, nenhuma esfera tem investido em áreas como saúde, educação, meio-ambiente e transporte, e se justifica esse descaso pela aparente disputa política entre as instâncias ou pela falta de recursos financeiros.

A revalorização do “local” se vincula à construção de um espaço privilegiado de realização da democracia participativa, em meados da

¹ Até o momento, não foi realizada a reforma tributária; enquanto isso as medidas são implantadas por meio de Medidas Provisórias. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi promulgada em 04/05/2000 e pretende estabelecer regras às esferas de governo quanto à gestão da receita e da despesa pública e punições aos administradores que não cumprem a lei. Dentre os pontos, Abrucio (2000) destaca: limitação dos gastos com pessoal; limites para o endividamento público; definição das metas fiscais trienais; proibição de despesas sem indicação de receita; controle das finanças em períodos eleitorais; relatório de gestão fiscal.

década de 80. A Constituição Federal de 1988 introduziu, como princípio do modelo de gestão das políticas estatais, a “participação da comunidade”, por meio da qual se institucionalizou a forma de negociação entre os diferentes interesses que circundam cada política. Essa prerrogativa permitiu experiências como a do orçamento participativo, as conferências de saúde e os conselhos gestores – principalmente nos governos ligados aos partidos do campo da esquerda – impulsionados pela forte pressão de setores organizados da população, com vistas a garantir que suas demandas fossem consideradas pelo governo municipal.

A gestão participativa, apesar de contemplar parte das expectativas das classes populares, está sujeita ao processo de correlação de forças entre as classes sociais, bem como possui limites institucionais inscritos no próprio aparelho estatal, de tal forma que o direito de participar da elaboração das políticas estatais também não garante, por si só, que os interesses da maioria da população sejam atendidos. Além disso, somente algumas políticas estatais – nomeadamente aquelas ligadas à chamada área social – permitem a participação popular no seu processo decisório. A área econômica, por exemplo, continua sob responsabilidade da esfera central e inacessível a qualquer proposta de participação das classes populares.

A discussão do “local” deve ser inserida no contexto das transformações do papel do Estado na reprodução do capital, nas suas instâncias transnacional, nacional e regional/local. Salientar os elos que foram construídos entre essas instâncias permite que se compreenda o modo como as políticas da esfera local garantem a realização dos interesses do capital nos circuitos nacional e transnacional. Não se pode considerar o “local” como uma oposição ao “global” ou ao “nacional”, uma vez que os interesses do capital se distribuem, embora de modo diferenciado, entre essas esferas.

Nos espaços convencionados como transnacional, nacional e local e nas instituições que lhes são próprias, materializa-se a disputa entre as classes e frações de classes pelo exercício do poder político,

embora ela se apresente como uma disputa entre instâncias político-administrativas. As decisões político-econômicas são tomadas de acordo com o jogo de poder entre as classes e frações de classes, mediante a sua representação nas instâncias político-administrativas, de modo que a implementação delas no "local" tem a ver com o poder político que cada fração de classe exerce nos espaços local e nacional. Nessa disputa, aparece como imperativo a apresentação de vantagens locais como estratégia para atrair investimentos do capital transnacionalizado, mesmo que isso resulte numa concorrência entre as unidades subnacionais.²

Recorrendo às elaborações teóricas de Poulantzas (1977) sobre as relações de determinação e de autonomia entre o político e o econômico, pode-se perceber a unidade contraditória da aparente fragmentação entre os espaços transnacional, nacional e local. Para o capital, esses espaços não configuram limites para a sua reprodução; pelo contrário, a constituição de uma territorialidade pelo Estado burguês significa uma forma de garantia à reprodução das relações de produção capitalistas. Através de práticas político-ideológicas, o Estado burguês individualiza os agentes de produção com a sua conversão em sujeitos jurídico-políticos e os organiza numa coletividade espacialmente delimitada como povo-nação e como iguais e, desse modo, neutraliza a ação dos agentes de produção como classe e tende a evitar qualquer contestação ao processo de exploração sobre o qual está edificado o modo de produção capitalista.

O Estado capitalista tem a especificidade de açambarcar o tempo e o espaço social, intervir na organização dessas matrizes, uma vez que ele tende a monopolizar os procedimentos de organização do espaço e do tempo que se constituem, para ele, em rede de dominação e de poder (Poulantzas, 1985: 113).

² A Constituição Federal de 1988 conferiu às unidades subnacionais uma maior autonomia na definição das bases fiscais dos impostos estaduais. Na opinião de Melo (1996), isso produziu como efeito perverso a "guerra fiscal" entre os estados, na medida em que passaram a praticar a renúncia fiscal como uma forma de atrair investimentos. Ver também Abrucio (2000).

Na opinião de Harvey (1998), a organização do espaço, no sistema capitalista, obedece às necessidades da produção e reprodução social e aos constantes processos de transformação das relações sociais. A demarcação do espaço se reveste de grande potencialidade por se constituir em importante recurso ideológico, definindo as relações entre pessoas, atividades, coisas e conceitos, bem como por ser fundamental no exercício do controle sobre a sociedade.

Nota-se que a noção de espaço/tempo tem se modificado com as transformações no modo de produção capitalista – devido, principalmente, às inovações tecnológicas e aos novos processos de trabalho – e com a formação de novos blocos econômicos que estabeleceram novos espaços comerciais. Do mesmo modo que a visão corrente do “local” como algo isolado e voltado para as tradições se transformou e hoje estas especificidades, principalmente, as características da força de trabalho e da intra-estrutura, são apresentadas como vantagens para atrair o capital transnacional. No entanto, o Estado nacional continua como referência de territorialidade e como centro de poder que, no mesmo movimento em que delimita suas fronteiras, projeta-se para além delas.

Apesar de o “local” estar relacionado, geralmente, à menor unidade política da federação – o município –, o “local” a que se refere este texto é o estado do Maranhão. Interesse-me, a partir dos pressupostos apresentados, em examinar a maneira como a reforma do aparelho de Estado no Maranhão se insere e se vincula ao espaço nacional, e até transnacional, na realização do movimento de acumulação do capital em escala mundial.

DO LOCAL AO NACIONAL: O MARANHÃO NA POLÍTICA BRASILEIRA

O Maranhão, segundo o censo de 2000, possui uma população total de 5.638.381 habitantes, sendo que a população urbana corresponde a 3.355.577 ou 59,5% e a população rural, 2.282.804 ou 40,4%.

Destaca-se entre as unidades da federação por apresentar os piores indicadores sociais. Em 1999, no ranking nacional, o Maranhão alcança, segundo a UNICEF o 24^a. lugar no Índice de Desenvolvimento Infantil, ficando à frente somente dos estados da Bahia, Acre e Alagoas; 71,1% das crianças de 0 a 6 anos de idade vivem em famílias com rendimento mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Representa o mais alto percentual do país, que é de 39%. 54,2 em cada mil crianças morrem antes de completar um ano de idade, ficando atrás somente da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. 8,9% da população entre 15 e 17 anos de idade é analfabeta, superando apenas Alagoas e o Piauí. Tem a mais alta taxa do país (35,4%) de crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos trabalhando.

Em 1991, pelo IBGE, o Maranhão possuía a menor proporção de domicílios urbanos servidos por abastecimento ligado à rede geral com canalização interna (39,1%) e os mais baixos índices de cobertura de esgotamento sanitário – apenas 18,21% dos seus domicílios estavam ligados à rede geral ou tinham fossa séptica. A coleta de lixo também é precária, cobrindo somente 26,48% das residências; em São Luís, a proporção sobe para 64,69%. Embora, nas estatísticas, o Maranhão apareça com os piores indicadores sociais, sua situação acompanha os números da pobreza no Brasil.

De modo geral, reconhece-se que é a partir da década de 50 que o Maranhão se insere na divisão nacional do trabalho, ao assumir a função de fornecedor de produtos agrícolas, cujo objetivo era suprir as necessidades de dinamizar o processo de acumulação do capital urbano-industrial que ocorreu no Sudeste.

As razões históricas que explicam a inserção subordinada do Maranhão na economia capitalista brasileira apontam para duas direções que não se excluem. De um lado, encontram-se as opções econômicas adotadas pelas oligarquias regionais, baseadas na agro-exportação e no extrativismo e, de outro lado, a forma como foram estruturadas as trocas entre as regiões brasileiras, principalmente entre

o Nordeste e o Sudeste.³ Nessa época, as atividades econômicas do Maranhão eram a produção e o beneficiamento de arroz e a coleta e a industrialização do babaçu, cujas principais conseqüências foram a expulsão de várias famílias camponesas das terras agricultáveis e a concentração de terra (Feitosa, 1994).

Esse modelo de desenvolvimento manteve a mesma lógica nas décadas seguintes, em que, a cada nova etapa de um processo de “desorganização e reorganização” da economia maranhense, foram introduzidos novos produtos, concomitantemente à implantação de alguns projetos industriais. Em outras palavras, o Maranhão, a despeito dos discursos “modernizantes” de seus sucessivos governos, manteve-se como fornecedor de produtos agrícolas para os outros estados da federação e como corredor de exportação para o mercado internacional.

TEMPOS DE OLIGARQUIA SARNEY

No aspecto político, a presença da “oligarquia Sarney”⁴ é marcante desde 1965. As péssimas condições de vida da maioria da população contrastam com o discurso do “Maranhão Novo” – *slogan* do

³ A questão regional está presente no cenário político e econômico do Brasil desde o século XIX, quando o pacto de constituição do Estado brasileiro se firmou a partir da economia cafeeira no Sudeste. Na opinião de Oliveira: “o domínio da economia cafeeira significou, de um lado, a destruição de burguesia em outros estados e regiões e, de outro, a aliança com algumas oligarquias. [No período da industrialização] a burguesia desvestiu-se desse caráter regional porque houve um real processo de nacionalização do capital que tornou as lutas regionais muito fracas. No Nordeste, a questão regional, desde a ditadura, foi jogada debaixo do tapete e transformou-se em moeda de troca de um regime que procurava se legitimar com o apoio das próprias oligarquias do Nordeste” (Oliveira, 1994, p. 45-6). Hoje, a questão regional aparece como uma profunda desigualdade entre as regiões, embora seja de caráter social e nacional, apresentando especificidades regionais.

⁴ Vale informar que José Sarney é proprietário do principal grupo da mídia no Maranhão, o Sistema Mirante de Comunicação, o que, segundo Conceição (2000), lhe confere um lugar privilegiado nos embates políticos.

governo Sarney em 1965 – ou do “Novo Tempo”, das gestões de Roseana Sarney nas eleições de 1994 e 1998.

A “oligarquia Sarney”, através dos sucessivos governos estaduais dessas últimas décadas, soube agir com maestria nos diversos momentos da vida política do país, quer integrando a principal base de apoio civil à ditadura militar no Maranhão, quer se adaptando às exigências de um regime democrático.

Durante a ditadura militar, a gestão do “Maranhão Novo” procurou demarcar uma ruptura com tudo que era identificado com o “atraso”, cunhando a marca do “moderno” como traço distintivo do discurso da “oligarquia Sarney”⁵, por meio do qual desqualifica toda proposta de desenvolvimento fora dos seus domínios. O “moderno”, nesse discurso, é identificado com a implantação de um aparelho burocrático com gestão racional e com um quadro de funcionários de “reconhecida capacidade técnica”, supostamente guiados pelos princípios da imparcialidade e pelo compromisso com a reconstrução do Maranhão.

A oligarquia Sarney tem desempenhado um importante papel no processo de expansão do capitalismo no Maranhão, nem tanto como promotora desse processo, mas sim como gestora/administradora do processo de modernização econômica do espaço regional. Essa função, inclusive, transparece como o núcleo principal do discurso ideológico com que a oligarquia busca se legitimar perante a população: é um discurso claramente desenvolvimentista e modernizante, onde a imagem do “novo”, do “moderno” é fartamente explorada para indicar supostos benefícios trazidos para a região e sua população pela ação da oligarquia dominante (Costa, 1997, p. 6).

⁵ Esse mesmo processo – uma aparente ruptura com tudo que representava o “atrasado” – ocorreu nos outros estados do Nordeste, nomeadamente, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia, no final da década de 70, quando são indicadas para o governo das capitais novas lideranças não identificadas com as velhas oligarquias, mas aceitas e apoiadas por elas e pela ditadura militar. Na opinião de Andrade (1993), essas novas lideranças estabeleceram um novo padrão de dominação, ancorado num discurso modernizante que mantinha uma relação com o capital monopolista e um forte apelo popular.

Essa forma de legitimação pode ser identificada com o “discurso competente” que Chauí (1989) designou como aquele que é instituído,

proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (...) no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência (Chauí, 1989. p. 7).

O uso do “discurso competente” é adequado à “oligarquia Sarney”, na medida em que se tem “a aparência de que ninguém exerce poder porque este emana da racionalidade imanente do mundo organizado ou, se preferirmos, da competência dos cargos e funções que, por acaso, estão ocupados por homens determinados.” (Chauí, 1989, p. 10)

Ao se identificar com a competência e os princípios da burocratização, a “oligarquia Sarney” apresentou os seus sucessivos governos como voltados fundamentalmente para a administração, de tal forma que, além de viabilizar as condições de reprodução do capital, ainda mascarou o projeto político de dominação de classe.

José Sarney adotou um programa econômico para o Maranhão integrado às necessidades da expansão do capital monopolista no âmbito nacional, em que o Estado, através dos seus aparelhos, garantia o arcabouço jurídico e as condições de infra-estrutura para a expansão do capital, sem, contudo, dismantelar as bases agrárias da economia e os laços políticos do período anterior. Sarney inicia seu governo realizando uma reforma administrativa para “modernizar” o aparelho estatal e “desenvolver” a economia maranhense. Dentre os seus principais projetos, destacaram-se a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), o Porto do Itaqui, a rodovia São Luís/Teresina e a “modernização” do setor agrícola, priorizando os grandes projetos agropecuários e criando um arcabouço

jurídico para orientar a ocupação das terras, de modo a facilitar a ação dos grileiros (Heluy, 1990; Costa, 1997; Gonçalves, 2000).

Cabe, aqui, lembrar que, a partir da década de 1970, nomeadamente durante os governos dos generais Geisel (1974/78) e Figueiredo (1978/84), a ditadura militar tomou novos rumos que resultaram, dentre outras coisas, em uma nova reforma administrativa. O “milagre econômico” já havia se esgotado, e o governo precisava criar novas bases de sustentação, com o fim de garantir a legitimidade do regime, manter sob controle o processo de abertura política exigido pela sociedade e incluir, de modo limitado, setores das classes dominantes em algumas esferas do processo decisório. Isso leva o governo a adotar, em seus Planos Nacionais de Desenvolvimento, políticas mais “flexíveis”, “descentralizadas” e com a preocupação de integração entre os espaços regionais.

A política adotada pelos governos federal e estadual contribuiu para o acirramento dos conflitos no campo, na medida em que grandes extensões de terras foram griladas, e os fazendeiros optaram por plantar capim para a criação de gado, provocando o aumento do número de famílias expulsas do campo e a concentração de terras. Além disso, a economia do gado inaugurou uma nova forma de inserção do Maranhão no sistema nacional de trocas. O fato de o gado maranhense ter sido comercializado para o abate em outras regiões não permitiu a criação de nenhum investimento que absorvesse as pessoas expulsas do campo que, nesse momento, migravam para as principais cidades do estado, como São Luís e Imperatriz (Feitosa, 1994).

No final da década de 1970, o governo federal, por meio da Escola Superior de Guerra, cria o Programa Grande Carajás (PGC), cujas metas visavam, principalmente, a cumprir os objetivos de “integrar para não entregar” a região da Amazônia Oriental e atrair divisas para o país pagar a dívida externa. O Programa foi divulgado, com forte apelo ideológico, como a grande alternativa para resolver o problema da dívida externa do país e para desenvolver a Amazônia Oriental. No

plano regional, o PGC impulsiona e é impulsionado pela oligarquia Sarney, que, nesse período, consolida seu poder com a indicação de João Castelo (1979/1982) ao governo do Estado, cujo lema era o “Grande Maranhão para todos”, e a eleição de vários parlamentares e prefeitos. No plano transnacional, o PGC correspondia aos interesses de alguns países de se apropriarem de grandes recursos minerais a baixos custos (Feitosa, 1994; Costa, 1997).

O PGC compreendia projetos de reflorestamento, agropecuários, metalúrgicos e, principalmente, de exploração mineral, dado que a serra de Carajás (Pará) foi considerada uma das maiores reservas minerais do mundo, contendo ferro, manganês, alumínio, cobre, níquel, estanho e ouro. Sua área de abrangência atingiu os estados do Maranhão, Pará e Tocantins, com investimentos previstos de 62 milhões de dólares, destinados à construção da hidrelétrica de Tucuruí no Pará, da Estrada de Ferro Carajás, de complexos portuários, industriais e agropecuários.

Esse programa foi montado tendo como base a exportação de minérios por meio da ex-estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)⁶, cuja legislação não considerou os problemas ecológicos provocados pela agressão à floresta mas, apenas, o montante de incentivos fiscais disponíveis para atrair investimentos estrangeiros. Por esse motivo, o impacto na floresta amazônica, nas nações indígenas, nos trabalhadores rurais foi desastroso, atingindo um alto custo social.⁷

⁶ A Companhia Vale do Rio Doce exportou, entre 1985 e 1994, cerca de 163 milhões de toneladas de minérios de ferro. Desse total, 28% foram vendidos para o Japão e 40% para a Comunidade Econômica Européia. Entretanto, as divisas arrecadas com a venda do minério não ficaram no país, uma vez que 70% da arrecadação foi destinada ao resgate de dívidas contraídas com a implantação do projeto. Quanto aos empregos, a CVRD, em 1991, possuía 2.492 funcionários e, em 1994, ficou com apenas 2 mil, após a implantação do sistema de “Controle de Qualidade Total” (Feitosa, 1994).

⁷ Para se ter uma idéia do custo social da implantação do PGC no Maranhão, os números indicam que, nesse período, o desmatamento atingiu 79% da cobertura vegetal do estado, motivado pela fabricação de carvão vegetal para os autoforos das usinas de ferro-gusa; a violência no campo aumentou, provocando, somente em 1988, 43

Embora institucionalmente o PGC tenha sido extinto em 1989, seus projetos continuam sendo executados na região (Gomes, 1990; Feitosa, 1994; CPT, 1995; Costa, 1997).

O Maranhão se inseriu no PGC apenas como corredor de exportação para a comercialização, no plano internacional, do ferro, ferro gusa, manganês e alumínio, embora uma grande área do estado tenha ficado sob influência do Programa – cerca de 32 municípios de um total de 132. Alguns desses municípios foram cortados pela Estrada de Ferro Carajás, enquanto outros sofreram o impacto da implantação dos projetos agropecuários, metalúrgicos, de reflorestamento e fabricação de carvão vegetal.

Toda a infra-estrutura para o Programa foi financiada com recursos públicos, em que o governo estadual se responsabilizou pela construção do Porto da Ponta da Madeira (considerado o melhor porto natural do mundo), pela ampliação e modernização do Porto do Itaqui e pela implantação de 590 km dos 890 km da Estrada de Ferro Carajás.

No final da década de 80, o Maranhão participou também da construção do II píer no Porto do Itaqui e de um trecho da Ferrovia Norte-Sul, por meio da qual se interligou a região sul do estado (Açailândia, Imperatriz e Balsas) ao eixo Carajás, facilitando o transporte de soja e madeira para outras regiões do país.

Um outro projeto que merece ser mencionado é o empreendimento de industrialização da bauxita para a fabricação da alumina e do alumínio primário, realizado pelo consórcio ALCOA/BILLINGTON/CAMARGO CORREIA, no município de São Luís. A ALCOA é uma das seis maiores empresas transnacionais do alumínio e se instalou em São

conflitos de terra, catalogados pela CPT; aumentou também a miséria no estado, tendo em vista que muitos trabalhadores perderam suas terras, transformando-se em carvoeiros, ou foram para a periferia das cidades maiores. Além disso, intensificaram-se os conflitos com as nações indígenas situadas na área de influência do Programa (Gomes Silva, 1990; Ubbiali, 1990; Zannoni, 1990; CPT, 1995).

Luís, dentre outros motivos, pela proximidade com a jazida de bauxita, localizada no Pará, pela disponibilidade de energia elétrica subsidiada, pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo estadual e pela grande oferta de força de trabalho a baixo custo.

A instalação do PGC e da ALCOA no Maranhão gerou vários protestos por parte de alguns setores da sociedade, especialmente, da entidade ambientalista Comitê de Defesa da Ilha. Nessa época, final da década de 70, também no Maranhão – a exemplo dos outros estados do Brasil – surgiram movimentos democrático-populares contra a política repressiva e econômica da ditadura militar.

Os vários projetos que compõem o PGC geraram, em 1994, cerca de 5.800 empregos diretos e 28.700 indiretos. Desses, restaram aos trabalhadores maranhenses aqueles de menor qualificação e remuneração. Já no quadro geral de empregos no setor industrial maranhense, o PGC contribuiu com apenas 10% do total. Portanto, os grandes projetos não dinamizaram a industrialização, tampouco aumentaram a oferta de emprego no estado. Pelo contrário, as famílias desapropriadas de suas terras não encontraram alternativas que reconstruíssem seu modo de vida em melhores condições: aumentou o número de pessoas morando em favelas; ampliou-se a concentração fundiária, sendo que, em 1988, 88,04% das terras foram cadastradas na condição de latifúndios. (Gomes Silva & Borges, 1990).

Alguns estudos indicam que as políticas dos governos federal e estadual, mediante o volume de recursos despendidos, o descaso com a proteção ambiental e o desrespeito aos direitos dos trabalhadores foram fundamentais para a consolidação de um modelo de desenvolvimento excludente e dependente no Maranhão.

Tal modelo, embora ressalte os aspectos “locais”, está integrado aos planos nacional e transnacional. O maior exemplo dessa integração foi o grande volume de recursos transferido para o Maranhão em 1985, quando José Sarney foi Presidente da República. Os recursos federais reforçaram o Programa Grande Carajás e a implantação de

outros programas similares que, mais uma vez, favoreceram apenas o setor de exportação. Desse modo, chegou-se à década de 90 com o agravamento do quadro social (Feitosa, 1994).

Na Nova República, Sarney conseguiu reeditar no Maranhão a Aliança Democrática⁸, garantindo, em 1986, a eleição de Epiácio Cafeteira ao governo com cerca de 80% dos votos.⁹ O lema “Tudo pelo Social”, do governo federal, foi adaptado à realidade maranhense, e o discurso da participação popular foi materializado através da incorporação de algumas lideranças identificadas com os movimentos sociais aos aparelhos do Estado. Cafeteira chamou para a Secretaria Estadual de Saúde o médico Jackson Lago, ligado ao PDT e defensor da Reforma Sanitária, e alguns componentes do Movimento Popular de Saúde, os quais tentaram implementar no estado os programas federais de saúde como as Ações Integradas de Saúde (AIS), que previam órgãos colegiados de gestão, bem como o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde – SUDS, que continha algumas das orientações da VIII Conferência Nacional de Saúde.

No início da década de 1990, as divergências no interior da “oligarquia Sarney” provocaram a saída de algumas lideranças e, conseqüentemente, um sério desgaste político que ameaçou a eleição de Roseana Sarney em 1994. Mesmo assim, esta conseguiu ser eleita com 47,7% dos votos, e a “oligarquia Sarney” mostrou-se inteiramente recuperada ao reelegê-la, em 1998, com 70% dos votos. Seu grupo político fortaleceu-se ainda mais com as eleições municipais de 2000,

⁸ A “Aliança Democrática”, foi formada no processo de articulação da candidatura de Tancredo Neves à presidência da república, com o PFL e o PMDB. Constituiu-se em base de sustentação política durante uma parte governo Sarney, sendo substituída pela formação do chamado Centrão, formado por parlamentares do PMDB, PFL e outros partidos menores, como o PL, PDS, PTB.

⁹ A candidatura de Cafeteira através da coligação “Aliança Democrática” (PFL, PMDB, PTB) recebeu o apoio da maioria dos partidos de esquerda como o PSB e o PC do B. A única exceção foi o PT, que lançou candidatura própria.

quando saiu vitorioso em 212 dos 217 municípios, ou seja, em 93% deles.¹⁰

As razões que permitiram essa vitória da “oligarquia Sarney” estão fora do objetivo deste texto. Todavia, cabe registrar que, embora o quadro econômico e social tenha sofrido algumas modificações, as condições de carências, que dão suporte às práticas clientelistas, se agravaram. No governo de Roseana, essas práticas foram redimensionadas, de modo a se adaptar às exigências da agenda das reformas neoliberais e ao crescimento da oposição.

Até o momento, a oligarquia tem respondido às ameaças ao seu domínio político reconstruindo seus laços com a população, mediante a criação de novos mecanismos para se manter no poder.¹¹ Dentre esses novos mecanismos, destaca-se a reedição do discurso da “modernização” através da implantação de políticas neoliberais, com o propósito declarado de integrar o estado ao mundo “globalizado”, dando ênfase às “vantagens comparativas” que o Maranhão apresenta, como a força de trabalho desqualificada e desorganizada e os incentivos fiscais oferecidos pelo governo.

TEMPOS DE RECICLAGEM: A “REFORMA” DO APARELHO ESTATAL

Um outro mecanismo utilizado pela governadora para se “reciclar” diante da população foi a reforma do aparelho de Estado. Rose-

¹⁰ Segundo o jornal *O Imparcial*, o resultado das eleições municipais de 2000 fortaleceu e unificou o grupo político liderado pela governadora Roseana Sarney. Sua base de apoio se ampliou do PFL ao PDT, uma vez que somente o PT e o PSB fazem oposição ao governo estadual. A oposição, por sua vez, ganhou em apenas 7% dos municípios, mas em cidades importantes como Imperatriz, Balsas e Timon. Além dos 93% dos municípios, a governadora detém a maioria na Assembleia Legislativa e na bancada federal do Congresso Nacional (*O Imparcial*, 14/out/2000).

¹¹ Como exemplo dos velhos mecanismos, destaca-se “a articulação com o governo federal: fonte de benefícios de toda ordem, em troca do apoio da bancada federal sob controle da oligarquia. O pacto de solidariedade recíproca entre o grupo Sarney e o governo FHC, de acordo com o conhecido ‘governismo’ da oligarquia; a utilização patrimonialista da ‘máquina’ pública estadual (...)” (Costa, 1997, p. 43-4).

ana Sarney foi aplaudida por Fernando Henrique pelos êxitos obtidos na “racionalização” da gestão estatal, na privatização de empresas estatais, na diminuição do quadro de servidores públicos e no controle das contas públicas. Segundo documentos oficiais, essa iniciativa do Maranhão em desenvolver, “desde 1994, um esforço sistemático de ajuste, saneamento e reaparelhamento tem permitido devolver ao governo estadual sua capacidade de investimento e de formulação e implementação de políticas públicas” (Maranhão, 1998b, p. 9). Essa política é apresentada à população por meio de uma forte campanha publicitária, que realça os aspectos administrativos e técnicos empreendidos pelo governo estadual como método de desenvolvimento do Maranhão e como um exemplo a ser seguido pelos outros estados da federação para garantir as condições da chamada “governança”.

Nos aspectos ideológicos, essa reforma serve como estratégia de legitimação, definida por Thompson como universalização, através da qual,

acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos, e esses acordos são vistos como estando abertos, em princípio, a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem sucedido (Thompson, 1995, p. 83).

A Reforma e Reorganização Administrativa do Estado do Maranhão foram instituídas pela Lei nº 7.356 de 29 de dezembro de 1998 e significou um aprofundamento das medidas implementadas no período de 1995/98. Através dessa reforma, a governadora se propõe a estabelecer estratégias com o objetivo de realizar o “saneamento das finanças públicas” e a “modernização dos sistemas administrativos” (Maranhão, 1998a).

O *slogan* da reforma é: “um Estado em busca da eficiência”; e as estratégias são: a democratização por meio da descentralização e da participação; a desestatização, a desregulamentação e a publicização, entendidas como a “transferência para organizações sociais, de propriedade pública não-estatal, dos serviços públicos não-exclusivos do

Estado," a flexibilização, mediante a adoção de “medidas orientadas para a melhoria da racionalidade interna da Administração Pública e busca da eficiência, eficácia e efetividade de sua ação” (Maranhão, 1998b, p. 11-12).

A flexibilização pretende ser alcançada através da autonomia de gestão da máquina, via a criação das Agências Executivas e das Organizações Sociais que, por sua vez, substituirão as autarquias e as fundações públicas. Como se observa, os eixos estruturantes da reforma do aparelho de Estado no Maranhão são os mesmos que orientam o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado encaminhado pelo governo federal, posto que consistem em adotar os critérios da “eficiência” e da “racionalidade administrativa” na gestão pública e transferir para o setor público não-estatal a prestação dos serviços públicos.

Os órgãos da administração direta foram agrupados em vários níveis, de acordo com a sua competência e hierarquia no processo decisório: o “nível de apoio à formulação política e decisão estratégica”, onde estão o gabinete do governador e os órgãos de controle da gestão pública; o “nível de gerenciamento estratégico e desenvolvimento institucional, formulação e avaliação de políticas públicas e defesa da sociedade”, ao qual pertencem as gerências estaduais; o “nível de implementação de políticas públicas e ação regionalizadas”, do qual fazem parte as gerências regionais; o “nível de implementação de políticas e controle técnico setorial”, que agrupou as autarquias, a empresa pública, as sociedades de economia mista e as fundações públicas (Maranhão, 1998a, 1998b).

Na administração direta, foram extintas as dezoito secretarias estaduais de governo e criadas, em seu lugar, oito gerências para dar conta das funções distribuídas entre as secretarias anteriores, como a Gerência de Qualidade de Vida, que agrupou as ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico. A principal consequência dessa reorganização foi o enxugamento da máquina do Estado e um grande

número de funcionários públicos colocados em disponibilidade no Banco de Recursos Humanos para posterior demissão.

Para cumprir o discurso da descentralização foram criadas as Gerências de Desenvolvimento Regional, com sede em dezoito municípios de um total de 217. Cada Gerência Regional "cuidará de promover a integração de todas as ações do poder estadual na região, supervisionar as unidades operacionais ali instaladas – hospitais, escolas, postos de saúde, centros sociais, equipamentos culturais, etc – e executar diretamente as atividades de competência estadual" (Maranhão, 1999b, p. 16).

As Gerências de Desenvolvimento Regional não possuem autonomia orçamentária e administrativa. Seu papel, no projeto de reforma, é estender o poder da governadora a cada região do estado, por meio da qual se assegura o controle das bases eleitorais e se institucionaliza a prática clientelista. Além disso, criou-se uma estrutura institucional que entra em choque com as competências das Gerências Estaduais – ex-Secretarias estaduais.

Através da reorganização do aparelho de Estado, garantiu-se a diminuição do quadro de servidores públicos, mediante a extinção de vários órgãos e empresas estatais, de forma que os funcionários foram redistribuídos entre outros órgãos, colocados em disponibilidade e posteriormente demitidos. Foram privatizadas as empresas estatais, como o Banco do Estado do Maranhão (BEM) e a companhia de energia elétrica, a CEMAR.

A Lei da Reforma e Reorganização Administrativa do Estado é de 1998 e, naquele momento, a governadora Roseana Sarney afirmou que a Reforma "não resultará em demissões" e que "(...) o Maranhão será, mais uma vez, como tem sido nos últimos quatro anos, um modelo para o Brasil em matéria não só de administração, mas de desenvolvimento" (Maranhão, 1998b, p. 7). Apesar dessas afirmações, passados dois anos, os compromissos norteadores da reforma não foram

alcançados, sobretudo aqueles que se referiam à redução das desigualdades regionais e sociais e à participação popular.

Segundo a presidenta do Sindicado dos Trabalhadores do Serviço Público do Estado do Maranhão (SINTSEP), Jucelina Vale, no período de 1996 a 1998, foram demitidos 2.800 funcionários. Por sua vez, a CUT/MA publicou, no caderno de resoluções do 7º CECUT, que, no período de janeiro de 1995 a julho de 1996, na administração indireta, foram demitidos 1.500 funcionários do Banco do Estado do Maranhão, 1.238 urbanitários e 600 trabalhadores das indústrias de carnes e laticínios.

Quanto aos indicadores sociais, os números são elucidativos. Segundo o IBGE, em 1996, a taxa de alfabetização era de 66,88% competindo pelo último lugar com o Piauí, que era de 65,58%; no mesmo ano, a taxa de mortalidade infantil alcançou os 65,9 por 1000 nascidos, a terceira mais alta do nordeste. Na taxa de pobreza, o Maranhão sobe ao pódio, em 1997, com 64,20% de sua população sobrevivendo com renda inferior a 1/2 salário mínimo (em 1996, eram 56,45%). O mesmo se observa em relação à concentração de renda, uma vez que a renda dos 20% mais ricos supera em 26,39 vezes a renda dos 20% mais pobres.

No âmbito dos conflitos agrários, o Maranhão encontra-se na rota da violência. Em 1992, recebeu os parlamentares da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Violência no Campo da Câmara Federal, em virtude da gravidade e da violência dos conflitos no campo. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, de 1985 a 1990, ocorreram 305 conflitos no campo, envolvendo 448.318 pessoas; 19 trabalhadores foram assassinados somente entre 1990 e 1991. Mais recentemente, de 1995 a 1997, ocorreram 66 conflitos, envolvendo 8.107 famílias e 8 assassinatos. De acordo com os dados da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), em 1999, houve 58 ameaças de morte, 356 despejos (forçado/judicial), 43 prisões e 8 assassinatos, envolvendo 39 municípios e

3.947 famílias. Nesses conflitos, a violência se estende também aos índios, às crianças e aos adolescentes, além de persistirem focos de trabalho escravo.

Ao longo de 1999, participantes do grupo de apoio da governadora Roseana Sarney estiveram envolvidos nas denúncias de desvio de recursos públicos e de participação no crime organizado. Alguns prefeitos foram citados na CPI que investiga os desvios dos recursos do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério). A governadora Roseana sofreu um pedido de *impeachment* pelo desvio de 12 milhões de reais do FUNDEF, sem, contudo, ter sido aprovado pela Assembléia Legislativa. Do mesmo modo, prefeitos, vereadores, deputados, e autoridades da segurança pública foram acusados e investigados pela CPI do crime organizado¹² da Assembléia Legislativa (Maranhão, 1999, CUT/MA 2000). Essas denúncias, embora tenham atingido parlamentares e outras autoridades que dão sustentação ao projeto político do grupo liderado pela governadora, não chegaram a abalar sensivelmente o prestígio de Roseana Sarney, como demonstraram as vitórias nas eleições municipais de 2000.

AS PRIVATIZAÇÕES

A privatização da CEMAR – em 15 de junho de 2000 – e a reestruturação da empresa após esse processo são exemplos da articulação entre o local e o nacional na política brasileira. A CEMAR foi adquirida pela empresa americana PPL Global por apenas R\$ 522,8 milhões de reais e, para facilitar a venda de um dos maiores patrimônios do Maranhão, a governadora Roseana Sarney investiu R\$ 122, 4 milhões de

¹² A Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Maranhão foi instalada em 06/10/1999 e encerrou seus trabalhos no dia 14/12/1999. O parecer da CPI indicou como participantes do crime organizado, além dos deputados José Gerardo (PPS) e Francisco Caíca (PSD), alguns prefeitos e ex-prefeitos, vereadores e ex-vereadores e autoridades da segurança pública. Ver Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do “Crime Organizado”, 1999.

reais e submeteu à Assembléia Legislativa uma lei em que o Estado assumia as dívidas resultantes de ações ajuizadas contra a CEMAR, após janeiro de 2000. Essa empresa é subsidiária da PPL *Corporation* e atua no ramo de energia elétrica e gás natural na Pensilvânia, na Inglaterra, no Chile, na Bolívia e em El Salvador (STUMA, 2000).

A privatização das empresas de geração e transmissão de energia no Brasil envolve vários riscos para a economia nacional. Antes de tudo, pelo caráter estratégico do setor elétrico, uma vez que é considerado um monopólio natural. As empresas que estão sendo privatizadas são responsáveis pelos estudos de inventários de bacias hidrográficas, pela viabilidade técnica econômica e ambiental do uso hidrelétrico dos recursos e ainda pelos projetos, construções e operações de suas usinas hidrelétricas e termelétricas e pelos respectivos sistemas de transmissão e distribuição de energia às concessionárias, que distribuem para a população (Jornal Perigo, 2000, p. 2).

O sistema é essencialmente hidroelétrico, portanto interligado, o que permite o equilíbrio das diferenças regionais socioeconômico-ambientais do nosso país. Além disso, o setor elétrico não é deficitário. Ao contrário, trata-se de um gerador de lucros, alcançando 50% de seu faturamento. Essas questões, por si só, transformam a privatização do setor elétrico em um ato de irresponsabilidade do governo.

A CEMAR foi fundada em 1958, como empresa de economia mista, para distribuir energia elétrica para todo o estado do Maranhão. Economicamente, representa um bom investimento, devido, sobretudo, às mudanças que o governo do Estado realizou na empresa para aumentar a sua produtividade. Adotou-se como plano de “modernização” da empresa o enxugamento do número de funcionários e o aumento da capacidade de distribuição de energia. Assim, em 1995, a CEMAR tinha 2.384 funcionários que atendiam, em média, um total de 753 mil consumidores. Em 1998, chegou a aproximadamente 2 mil funcionários, para atender a quase 926 mil consumidores e, em 2000, ficou com 1500 funcionários. A receita líquida por funcionário era de

R\$ 87 mil, em 1995, e passou para R\$ 121 mil, em 1998. Além disso, a CEMAR não é deficitária. No ano de 1998, teve um lucro de R\$ 53 milhões e possui um grande potencial de crescimento dado que somente 70% do estado tem acesso a energia elétrica (Perigo, 2000).

No processo de privatização da CEMAR, chama atenção a ofensiva ideológica da PPL Global sobre os funcionários e demais entidades, no sentido de desencadear “uma mudança de cultura” na relação dos trabalhadores com a empresa. Para reeducar os funcionários em consonância com as orientações do novo proprietário, a PPL *Global* contratou a empresa canadense *Focused Change International* (Focus) cujo trabalho “consiste no modelo de ‘Recriação’ que intercala a visão e estratégia, arquitetura (estrutura, sistemas, processos de trabalho, etc) e a cultura em um processo de mudança totalmente integrada” (Widdis, 1999, p. 6). O objetivo da Focus¹³ é que todos os funcionários da CEMAR e algumas entidades participem de seu treinamento, que inclui passar uma semana num dos melhores hotéis de São Luís, recebendo informações intensivas sobre como melhorar seu desempenho. Ao final de uma semana, o funcionário “vai estar compreendendo e vai levar para sua nova direção estratégica os conhecimentos, ansioso para começar a contribuir” (Focus, 25).

Na opinião de Nivaldo Araújo – presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Urbanas do Maranhão (STIUMA) – essa ofensiva para mudar o modo de pensar dos funcionários, inclusive quanto às atividades e funções do sindicato, é desastrosa para o movimento sindical. A perspectiva é de desmobilização da categoria que, até o ano 2000, atingia um índice de 98% de sindicalização.

¹³ O treinamento da *Focus* objetiva atingir 15% a 20% da força de trabalho e começa com uma forte intervenção de cinco dias, da qual participam aqueles que são identificados como “líderes de influência”, que, no entendimento da empresa, significa “as pessoas de todos níveis e em todas as áreas de sua empresa que exercem uma influência em relação a crenças, opiniões e no comportamento de seus companheiros. Esses líderes de influência chegam a ser agentes de mudança nas linhas através de toda a força de trabalho” (Widdis, 1999, p. 26).

Uma outra forma de privatização é a terceirização das unidades estaduais de saúde, principalmente aquelas em que o processo já está concluído, como do Hospital do Servidor Público (IPEM) e da Maternidade Marly Sarney. A terceirização do IPEM e da Maternidade Marly Sarney ocorreu sem conhecimento do Conselho Estadual de Saúde e sem licitação. Todas as unidades estão sendo administradas por uma única entidade, a Pró-Saúde (Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar). O Hospital do Servidor Público (IPEM), por exemplo, foi transferido para a Pró-Saúde administrar desde 1997; no entanto, no orçamento de 2000 do governo do Estado, foi previsto R\$ 1.003.133 para a gestão do IPEM pela Pró-Saúde. Assim, o governo estadual, sem nenhuma transparência, transfere para a iniciativa privada, em situação de monopólio, todas as unidades públicas de saúde e aplica, mais uma vez, a orientação nacional.

Vale recordar que a terceirização é, de acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, o processo de transferência da gestão e execução de serviços públicos estaduais para entidades públicas não-estatais. Essas entidades, por sua vez, já passaram por um processo de “publicização” no qual instituições estatais são transformadas em entidades públicas não-estatais, o que justamente possibilita realizar a terceirização. Esse processo, como apresentado anteriormente, foi considerado inconstitucional e ilegal pelo Ministério Público Federal. O Conselho Nacional de Saúde também denunciou a privatização disfarçada da saúde e o desrespeito às instâncias deliberativas, bem como os riscos que correm os princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS.

Em todas as unidades administradas pela Pró-Saúde ocorreram mudanças na gestão, no regime de trabalho e no salário. Aqueles que não se adaptaram foram transferidos para outras unidades ou pediram demissão. Dessa maneira, uma parte considerável do corpo clínico daqueles hospitais é formada por novos funcionários, contratados com salários mais altos que o pago pelo governo estadual. Assim,

nessas unidades convivem, no mesmo espaço, servidores públicos e profissionais contratados pela Pró-Saúde, realizando a mesma função mas recebendo salários desiguais.

O desmonte dessa parte do Estado concorre para a formação de uma nova polarização social que, segundo Petras, acontece entre servidores públicos desempregados da saúde, educação e seguridade social, por um lado, e, por outro, profissionais bem pagos vinculados às corporações multinacionais, ONGs e outras instituições com financiamento externo, vinculadas ao mercado mundial e aos centros de poder político. A luta hoje não é apenas entre classes fabris, mas entre o Estado e as classes lançadas às ruas e ao mercado, desprovidas de empregos fixos e forçadas a produzir e vender, e suportar os custos da própria reprodução social (Petras, 1996, p. 8).

O SINTSEP tem recebido denúncias de discriminação no atendimento, ou seja, privilégio àqueles que têm plano de saúde, uma vez que a Pró-Saúde atende a dois tipos de clientela: servidores públicos estaduais e clientes com plano de saúde.

No caso dos hospitais regionais, devido à posição do Conselho Estadual de Saúde em não aceitar a terceirização, o governo tomou duas medidas. 1) Cassou o mandato dos conselheiros eleitos para o mandato de 1999/2001 e, em seu lugar, criou um outro conselho com uma composição que não oferece resistência às propostas do governo. 2) Para os hospitais regionais, que foram impedidos pelo Conselho Estadual de Saúde de serem "terceirizados", foram contratados técnicos da Pró-Saúde, para fazer a administração das unidades, até que um novo projeto de "terceirização" seja novamente discutido e aprovado pelo Conselho Estadual.

Na verdade, esse tema somente se tornou ponto de pauta da reunião do Conselho Estadual de Saúde em virtude da divulgação na imprensa e por exigência de alguns conselheiros ligados aos movimentos popular e sindical. As discussões que ocorreram no Conselho Estadual permitiram que as irregularidades aparecessem.

A reunião foi muito polêmica, tendo em vista que os conselheiros ligados aos movimentos popular e sindical se manifestaram contra a transferência dos hospitais estaduais para a iniciativa privada. O problema do governo do Estado para administrar os hospitais não era de recursos financeiros. Havia uma posição política cujo objetivo era dar continuidade a um programa de transferência dos serviços estaduais para a iniciativa privada, já iniciado em outras unidades de saúde.

Diante do quadro apresentado e do agravamento das condições de vida, provocadas pelas políticas neoliberais da governadora Roseana Sarney, os trabalhadores maranhenses têm organizado sua resistência. Os longos anos da “oligarquia Sarney” não significam a inexistência de movimentos sociais que lutem pela construção de uma nova sociedade ou que contestem esse domínio.

As lutas que envolveram aqueles trabalhadores diretamente afetados pelas reformas da governadora Roseana Sarney foram encaminhadas principalmente pelos sindicatos dos bancários, dos urbanitários e dos servidores públicos, com o apoio da CUT. As mobilizações de caráter nacional foram organizadas pela CUT/MA que, em seu balanço político organizativo no 7^o CECUT, informou que participou das principais campanhas nacionais contra as políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso, principalmente, do Dia Nacional de Paralisação e Luta, em 1997/1999, do Dia Nacional de Luta em Defesa do Serviço Público, no mesmo ano, e da Marcha dos 100 mil à Brasília, em 1999.

Além desses sindicatos, os conselheiros do Conselho Estadual de Saúde ligados aos movimentos popular e sindical fizeram várias denúncias e ações judiciais contra a privatização dos hospitais estaduais. Todavia, essas mobilizações não foram suficientes para formar uma opinião crítica a respeito das reformas e suscitar um amplo movimento de combate às medidas encaminhadas pelo governo estadual. A própria CUT/MA admite que:

a ausência de uma estratégia que aglutine as forças de esquerda no Estado em torno de um novo projeto de desenvolvimento para o Maranhão. (...) Muitas lutas sindicais têm se concentrado mais na defesa de interesses específicos do que em lutas conjuntas que enfrentem de forma global o projeto ora dominante no Estado (Resoluções 7^ª CECUT, 2000: 21).

Passados aproximadamente 35 anos de domínio político da “oligarquia Sarney”, é possível apresentar alguns elementos que distinguem os contextos entre o “Maranhão Novo” e o “Novo Tempo”. No período do “Maranhão Novo”, o estado tinha uma economia essencialmente agrária, e vivia-se em uma ditadura militar no Brasil. A grande “inovação” de Sarney foi criar a infra-estrutura e o arcabouço jurídico que permitissem estabelecer e estreitar os elos com o capital monopolista. No aspecto político, estabeleceu as relações ideológicas do seu governo com o “moderno”, o “desenvolvimento” e o “progresso”, através do qual o Maranhão construiria os pré-requisitos para se inserir na economia nacional no mesmo patamar que os outros estados da Federação.

Na gestão do “Novo Tempo”, Roseana Sarney reconstrói as bases da dominação política, apresentando-se como pioneira das reformas “modernizantes” e projetando, novamente, para o Maranhão a inserção na economia transnacional e nacional. Através da propaganda ideológica do caráter “racional-legal” das reformas, encobre a manutenção das práticas clientelistas ou fisiológicas e legitima-se diante da população. A governadora ainda apela para a estratégia da identidade regional, afirmando que “o Maranhão será, mais uma vez, como tem sido nos últimos quatro anos, um modelo para o Brasil em matéria não só de administração, mas de desenvolvimento” (Maranhão, 1998b, p. 1).

As classes dominantes no Maranhão ultrapassaram as barreiras do “local” e transitam com desenvoltura nos espaços nacional e transnacional, utilizando essas relações como um importante mecanismo de legitimação de seu poder político local.

Manter o discurso da necessidade constante de reformas como condição para o desenvolvimento e a inserção no mundo “globaliza-

do” se constitui em importante instrumento ideológico que mascara um processo que, ao mesmo tempo em que inclui as classes dominantes nas esferas nacional e transnacional, exclui a maioria dos maranhenses dos direitos mínimos da cidadania burguesa.

No Maranhão, as classes dominantes, neste milênio, comemoram o fato de dirigirem um estado que possui um dos maiores portos do mundo; que abriga grandes projetos siderúrgicos e uma base espacial; que comercializa seus produtos com as maiores potências econômicas; que se interliga com o mundo todo. Enquanto isso, esse modelo de desenvolvimento condena a maioria da população a viver em favelas, as crianças à subnutrição; e, ainda, provoca o massacre da população indígena e a destruição da cobertura florestal.

(Recebido para publicação em setembro/2001)
(Aceito em dezembro/2001)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os laços federativos brasileiros**: avanços, obstáculos e dilemas no processo de coordenação intergovernamental. São Paulo. 2000. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo.
- ANDRADE, Ilza Araújo de. Estado, poder local e organizações populares no Nordeste (1978/1985). In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; BARREIRA, Irllys Alencar F. (Orgs). **Brasil urbano**: cenários da ordem e da desordem. Rio de Janeiro: Notrya. 1993.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT/MA. **Resoluções do 7º Congresso Estadual**. São Luís: 2000.
- CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Cultura e democracia**. 4. ed. São Paulo: Cortez. 1989.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Carajás: desenvolvimento ou destruição. **Relatório de Pesquisa**. São Luís: 1995.
- CONCEIÇÃO, Francisco G. da. **O rapto da máscara mortuária**: as astúcias enunciativas da Coluna Sarney e a composição-transformação de identidades públicas nas eleições de 1994. Rio de Janeiro: 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- COSTA, Wagner Cabral da.. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: UFMA. 1997. (mimeo).
- FEITOSA, Raimundo Moacir M. A industrialização do Maranhão no rastro do Desenvolvimento. **Maria Fumaça**, [s.l.], n. 2, 1990.
- FEITOSA, Raimundo Moacir M. **O processo sócio-econômico do Maranhão**. Belém:

1994. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Universidade Federal do Pará.

GOMES SILVA, Ilse. Os grandes projetos: elementos da política mineral brasileira e os cenários locais e internacionais do Programa Grande Carajás. **Maria Fumaça**, [s.l.], n. 1. 1990.

GOMES SILVA, Ilse; BORGES, Alerte. Elementos para análise das estratégias de sobrevivência no segmento maranhense do corredor da EFC. **Maria Fumaça**, [s.l.], n. 2. 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola. 1998.

HELUY, Helena Barros. O papel do Estado no processo de organização política pós-65 no Maranhão. **Maria Fumaça**, [s.l.], n. 2. 1990.

MARANHÃO. **Lei n. 7.356, 29 dez. 1998. Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências**. São Luís: 1998a.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência. **Reforma do Estado: um novo modelo de gestão para o Maranhão**. São Luís: 1998b.

MELO, Marcus André. Crise federativa, guerra fiscal e 'hobbesianismo municipal': efeitos perversos da descentralização?. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 3. 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro: FASE. 1994.

PETRAS, James. Intelectuais, uma crítica marxista aos pós-marxistas. **Lutas Sociais**, [s.l.], n. 1. 1996.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes. 1977.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO MARANHÃO - STIUMA. **Pinga Fogo**. São Luiz, 2000.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO MARANHÃO - STIUMA (s.d.). **Perigo**. São Luiz, s.d.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis, Vozes. 1995.

UBBIALLI, Carlo. Índios Guajajara e o Programa Grande Carajás. **Maria Fumaça**, [s.l.], n. 2. 1990.

WIDDIS, Wayne. **Focused change international**. Washington. 1999.

WIDDIS, Wayne. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

ZANNONI, Cláudio. Maranhão: situação dos povos indígenas. **Maria Fumaça**, [s.l.], n. 2.